

# O papel da imprensa gaúcha no golpe militar de 1964

ALCIR DE LIMA

**RESUMO:** Com a derrota do imperialismo francês na Guerra da Indochina, os militares criaram a tese de que a sua doutrina de guerra não estava preparada para enfrentar essa ameaça: um inimigo interno e que estaria agindo em prol do comunismo. Essa tese chegou ao Brasil em 1960 e alguns segmentos da imprensa fizeram o seu papel em divulgá-la, contribuindo para a legitimação do Golpe de Estado de 1964.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra revolucionária. Golpe de 1964. Imprensa. Anticomunismo. Forças militares.



## The role of gaucho press in the 1964 Brazilian coup d'état

**ABSTRACT:** With the default of French imperialism in the Indochina War, the military created the thesis that its war doctrine was not prepared to face this threat: an internal enemy that would be acting in favor of communism. This thesis arrived in Brazil in 1960 and some segments of the press played their part in publicizing it, contributing to the legitimization of the 1964 coup d'état.

**KEYWORDS:** Revolutionary war. 1964 Coup. Press. Anticomunism. Military forces.

---

**ALCIR DE LIMA**

Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Membro do grupo de pesquisa Estudos Culturais, Política e Mídia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).  
E-mail: alcirlima.publico@gmail.com

---

DATA DE ENVIO: 09/09/22

DATA DE APROVAÇÃO: 19/03/23

## 1. Introdução

Na primeira semana do ano de 1964, o então Secretário do Interior e Justiça do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, José Antônio Aranha (Zuza Aranha), foi convocado pela Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos e atenuar a crise política criada pelo Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, após ter ido à imprensa, em janeiro de 1963, para afirmar que o Governo do Estado havia interceptado de forma secreta um suposto movimento revolucionário com a intenção de instaurar o comunismo no Brasil.

O historiador Gilberto Calil (2005) pesquisou os arquivos da imprensa gaúcha e encontrou os registros da denúncia feita por Cabral, o qual declarou em público que:

“Estava em marcha um movimento revolucionário, tendo seus articuladores até marcado data para eclodí-lo, adiando-o por duas vezes”, sustentando que “o Governo do Estado havia abortado o golpe com medidas que tomou de forma secreta, mas que os aventureiros pretendiam levá-lo a cabo no início de janeiro” (CABRAL apud CALIL, 2005, p. 65).

A afirmação de que havia um golpe em curso e que o Governo do Estado teria o conhecimento disso, provocou uma crise política no parlamento gaúcho, que, imediatamente, convocou os secretários de Segurança Pública e de Justiça para apresentarem os indícios mencionados por Cabral. Ao depor no plenário, Zuza Aranha não negou a denúncia e mesmo sem mostrar as provas enfatizou que os membros dessa suposta marcha revolucionária eram peças de um projeto de poder muito maior, com a missão de subverter a ordem social e instaurar o comunismo no Brasil. Sendo que “os verdadeiros chefes ou, o chefe verdadeiro, como tudo leva a crêr, permanece oculto no anonimato, hoje com o falso nome de ‘Oswaldo’ e amanhã com Pedro, João, como convém a qualquer conspiração” (ARANHA, 1964, p. 16). Mas quem é Oswaldo?

Por ser um personagem enigmático,<sup>1</sup> alguns veículos da imprensa gaúcha publicaram editoriais especulativos sobre quem

---

1 Personagem este que tem seu nome grafado como “Oswaldo”, “Oswaldo” ou “Oswaldos”, no plural, dependendo da fonte analisada.

seria esse tal de Osvaldo, usando a oportunidade para atacar os adversários e deixando em evidência os seus posicionamentos políticos e ideológicos. O jornal Diário de Notícias de Porto Alegre, por exemplo, reproduziu o depoimento de Zuza Aranha e publicou ao longo do ano de 1964 diversos editoriais especulando a identidade dos “Osvaldos” – no plural, pois, a essa altura, Osvaldo já havia se tornado um jargão no vocabulário político da direita conservadora – e criando hipóteses e teorias completamente conspiratórias sobre qual estágio da guerra revolucionária o Brasil estaria enfrentando naquele momento.

Essa concepção de que haveria estágios de um tipo de guerra contra supostos inimigos internos foi desenvolvida pelos militares franceses para combater o Vietminh de Ho Chi Minh, durante a Guerra da Indochina, e foi importada pelos militares brasileiros na década de 1960 (MARTINS FILHO, 2012). Com a vitória do Vietminh, em Dien Bien Phu (1954), a guerra revolucionária se tornou o principal refúgio retórico para os militares franceses que não aceitavam a derrota e buscaram nas teses conspiratórias e no discurso anticomunista os argumentos que precisavam.

É importante ressaltar que o conceito de guerra revolucionário foi empregado em diferentes contextos históricos, geográficos e ideológicos e, portanto, pode variar de acordo com o referencial analisado. No Brasil, esse conceito começa a circular entre as Forças Armadas por influência da literatura militar francesa e começa a ganhar sua própria semântica na década de 1960. Por isso, quando se fala em guerra revolucionária<sup>2</sup> é importante observar quem está enunciando, pois, esse conceito é como um vidro derretido recém-saído da fornalha, podendo ser moldado, esticado e distorcido conforme o interesse do fabricante.

O filósofo Hector Luis Saint-Pierre (2000), um dos principais analistas dos escritos de Mao Tse-Tung, explica que a guerra revolucionária é um conceito histórico que foi apropriado pelos

---

2 Neste artigo, a guerra revolucionária não é compreendida apenas como uma modalidade de combate entre indivíduos, grupos ou nações, mas sim como uma estratégia de poder utilizada por diferentes agentes que, por meio de práticas discursivas, buscam moldar e conduzir a opinião pública para legitimar seu próprio regime de verdade.

teóricos marxistas, assim como foi apropriado estrategicamente pelos militares franceses como um argumento para sustentar a tese de que haveriam agentes comunistas infiltrados na sociedade. Esses agentes estariam agindo contra a população para provocar a desordem social, desestabilizar as autoridades constituídas e criar um ambiente propício para o movimento revolucionário comunista.

Essa percepção de que havia uma guerra sendo praticada silenciosamente pelos comunistas foi sendo incorporada pelo vocabulário dos militares brasileiros para explicar os eventos políticos e sociais ocorridos no Brasil na década de 1960. Afinal, se o Brasil não participava da corrida nuclear e tampouco enfrentava uma guerra convencional, então a crise política interna, na visão dos militares, só poderia ser explicada como um dos estágios dessa tal guerra revolucionária, já alertada pelos franceses. Desse modo, vários cursos de formação militar sobre a guerra revolucionária no Brasil foram realizados na década de 1960, dentro e fora da caserna, propagando o imaginário anticomunista em um contexto pré-golpe.<sup>3</sup>

No “Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil”, escrito por Pedro Brasil e publicado em 1964 pela antiga Livraria do Globo S. A., de Porto Alegre, as discussões sobre a guerra revolucionária ultrapassaram as paredes dos quartéis para se tornar literatura de massa. Por isso, quando se analisa alguns recortes de jornais ou obras literárias da época, é bastante comum identificar um discurso que mistura ficção, ideologia e tirania, na tentativa de legitimar ações violentas e antidemocráticas.

A escrita dramática de Pedro Brasil (1964) é capaz de transformar a linguagem técnica dos documentos militares em uma linguagem acessível e de fácil compreensão pela população em geral. E usando da licença poética, Pedro Brasil consegue persuadir e mobilizar a opinião pública contra um suposto inimigo que estaria infiltrado na sociedade, nas instituições públicas e privadas, nos

---

3 Desde o início do século XX, militares brasileiros frequentavam os cursos de formação nas escolas de guerra da França e a partir da década de 1950, um dos principais temas foi a guerra revolucionária, que criou um imaginário de guerra usado pelos militares brasileiros para interpretar as crises políticas e sociais vivenciadas no Brasil na década de 1960 (MARTINS FILHO, 2012).

espaços de poder, na cultura, na mídia, nas universidades, etc.; só aguardando pelo momento certo para irromper contra a ordem social e abrir espaço para a revolução comunista.

Para explicar esse fenômeno, o método de Análise do Discurso proposto por Michel Foucault (2009) fornece algumas pistas – pois, tudo o que foi dito, escrito ou fabricado é considerado um acontecimento histórico, com regras de formações discursiva determinadas pelo contexto em que está inserido. Nesse sentido, quando se considera a guerra revolucionária como um fenômeno discursivo, tudo o que foi escrito, falado ou feito sobre a guerra revolucionária, seja pelos militares, jornalistas ou pelos demais civis, cria-se uma realidade discursiva que não só justificaria a adoção de medidas extremas, como também daria legitimidade para eliminar os supostos inimigos internos.

Dito isso, o rol de fontes que fundamentam e compõem este artigo, isto é, os documentos militares, a literatura e os recortes editoriais e jornalísticos, foram analisados a partir de critérios metodológicos que buscaram identificar a intertextualidade e interdiscursividade (como o documento se relaciona com outros discursos e práticas de poder da época), o contexto de produção, os atores ou grupos mencionados e suas respectivas posições de poder, as suas intencionalidades (explícitas e implícitas no texto), a ordem, a estrutura dos enunciados e os conceitos utilizados (visando localizar os argumentos e posições que reforçam certos discursos) e como essas fontes contribuíram para a formação de narrativas históricas.

Dessa maneira, o objetivo desse artigo é analisar o imaginário de guerra revolucionária no discurso produzido pelos editoriais do Diário de Notícias e no livro de Pedro Brasil, ambos publicados em Porto Alegre no ano de 1964. Para compor esta análise, alguns documentos de Estado foram selecionados para verificar a estrutura dos enunciados utilizados pelos militares para dar sentido ao discurso de guerra revolucionária. Esse discurso permeou o imaginário social – marcado pela polarização política e ideológica da Guerra Fria – e produziu uma realidade discursiva que legitimou a violência de Estado contra os seus inimigos internos: os “Osvaldos”.

## 2. “Oswaldo” na narrativa da imprensa gaúcha

Depois de Plínio Cabral ter denunciado um suposto plano comunista, em 1963, e do depoimento de Zuza Aranha, em 1964, o qual afirmou que o “cabeça” por trás desse plano revolucionário comunista seria um tal de “Oswaldo”, foi a vez do jornal Diário de Notícias de Porto Alegre publicar vários editoriais especulativos sobre esse enigmático líder revolucionário que, naquele momento, estaria escondido sob a alcunha de Oswaldo, mas que poderia ser Pedro, Maria, Manoel ou qualquer pessoa.

É importante apresentar que um texto editorial é comumente classificado como “o gênero que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 2003, p. 103). Ou seja, o gênero de texto editorial expressa o posicionamento político e ideológico da instituição, onde a estrutura da enunciação utilizada evidencia as propriedades meta-linguísticas do discurso, que traduzem as informações e os fatos que estão socialmente diluídos naquele contexto.

Em 15 de janeiro de 1964, uma semana após o depoimento de Zuza Aranha, o Diário de Notícias publicou o editorial “O Apêlo”. Este editorial reproduziu o alerta feito pelo Deputado Federal e diretor dos Diários e Emissoras Associados, João Calmon,<sup>4</sup> sobre a necessidade da imprensa livre se posicionar contra a tirania comunista, considerada por ele como a última ação para garantir a sobrevivência da democracia.

Lança, a seguir, o Diretor Geral dos “Diários e Emissoras Associados” as linhas gerais mestras da sua campanha de libertação nacional dos cupins bolchevizes comandados pelos torvos “**Oswaldos**” da traição (...) Ele e seu aliados, que dominam os sindicatos, ligados ao transporte marítimo, aéreo e terrestre e que podem a qualquer momento paralisar a vida do País, eles que estão infiltrados nas classes armadas e nas entidades estudantis e

---

4 Em 1966, João Calmon publicaria sua obra *Dois Invasões*, que se dividia em duas partes. Na primeira parte, foi abordada a *Invasão Vermelha*, denunciando a suposta infiltração de comunistas nas instituições públicas. Na segunda parte, o *Livro Negro da Invasão Branca*, ele aborda, num tom ufânico e preocupante, a entrada de capital estrangeiro, entendidas por ele como invasões. Cf. CALMON, 1966.

até mesmo religiosas, não têm outro objetivo senão a implantação da República Popular Sindicalista do Brasil, que passará a girar na órbita soviética. (...) Congreguemo-nos, também, num só bloco, hoje mesmo, porque amanhã poderá ser demasiadamente tarde [sic] (O APELO, 1964, p. 4).

No dia seguinte, com o título de “O Confronto”, o Diário de Notícias publica um novo editorial comentando dois fatos assimétricos e incomparáveis. O primeiro fato tratou da recuperação do território do Canal do Panamá, que estava em posse dos Estados Unidos e tencionou as relações entre ambos os países, mas não culminou em um confronto direto em virtude da intervenção feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que reestabeleceram a posse do território ao Panamá e garantiram um desfecho pacífico.

O segundo fato abordou o *Anschluss* austríaco, a invasão dos Sudetos, a guerra da Abissínia, a “satelitização” dos estados do Centro Europeu e a interferência russa em Budapeste, que são citados para exemplificar a tirania das nações totalitárias, sejam elas fascistas, nazistas ou comunistas. O editorial ainda destaca o incidente entre os Estados Unidos e o pequeno país panamenho para defender que independentemente do seu tamanho, poder ou relevância internacional, o êxito do Panamá só foi possível pela suposta igualdade jurídica entre os países democráticos. Diferentemente dos países soviéticos, que, segundo o editorial, eram ditaduras comunistas que usariam da tirania como diplomacia (O CONFLITO, 1964).

Essa disputa não envolveu diretamente a Ilha Cubana, mas o discurso vinculado no editorial sugere que a questão do Canal do Panamá era de interesse dos comunistas de Havana, pois mesmo sem participar do episódio, “êstes aproveitam-se de tudo. No Brasil vestiram até batina. Qualquer possibilidade de exploração de uma desavença nunca é perdida pelos comunistas” (O CONFLITO, 1964, p. 4).

Nesse contexto, a imprensa foi um dos principais meios de divulgação de ideias e opiniões incendiárias, como as de Carlos

Lacerda,<sup>5</sup> veiculadas pela cadeia de rádio da Rede da Democracia, ou as transmissões dos debates sobre as reformas de Leonel Brizola, pela Rádio Mayrink Veiga e suas filiadas, que despertou a reação crítica de grupos conservadores, incluindo o jornal Diário de Notícias. No editorial “O Confronto”, o jornal acusa a Rádio Mayrink Veiga de estar à serviço do neocolonialismo soviético, pois estaria difundindo ideias subversivas contra as “democracias” latino-americanas.

Muito há que rever na América Latina. Mas os erros do sistema continental e o que possui de obsoleto não podem ser removidos à cubana, como querem os “Osvaldos” nazi-comuno-fascistas da Rádio Mayrink Veiga e Adjacências (O CONFLITO, 1964, p. 4).

Perceba que o nome Osvaldo volta a aparecer no texto editorial e dessa vez associado aos conceitos de nazismo, comunismo e fascismo, na intenção de provocar o imaginário social com temas sensíveis do contexto pós-segunda guerra. Em 1º de fevereiro de 1964, Osvaldo é mais uma vez citado pelos editoriais. Na publicação de edição nº 00279, com título de “Filistia”, o texto não esconde a intenção do jornal em influenciar a opinião pública contra seus adversários, considerados como comunistas.

Seria excesso de otimismo, senão pura estultícia nossa, pretender sensibilizar toda a opinião pública com a nossa campanha contra os falsos messias do comunismo nacionalismo que infestam este País [sic] (FILISTIA, 1964, p. 4).

O texto editorial demonstra uma certa preocupação com as informações circulando na opinião pública e defende a necessidade de combater as “meias-verdades”, a omissão e as informações falsas. “É o interminável confronto entre a verdade e a meia-verdade, em que esta costuma levar a melhor, porque é mais agressiva e

---

5 Carlos Lacerda foi um jornalista e político brasileiro nascido em 1914, no Rio de Janeiro, que ficou popularmente conhecido por suas opiniões contundentes e por sua atuação crítica na imprensa. Ele foi um dos principais opositores ao governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1954. Nos anos de 1960, desencadeou uma violenta campanha anticomunista que contribuiu para legitimar o golpe militar de 1964. Cf.: NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998.

sem escrúpulos.” (O BARRETE, 1964, p. 4). Mas quem define o que é ou não verdade? Se a intenção abertamente exposta do editorial é impedir as supostas ideias subversivas na opinião pública, sua noção de verdade não é isenta, mas ideologicamente construída sob uma estratégia linguística evidentemente parcial.

A estratégia linguística do jornal para delimitar o que é ou não verdade se estruturou sob algumas características da chamada “guerra psicológica”<sup>6</sup>. Naquele contexto, a guerra psicológica foi um termo comum empregado no vocabulário militar, mas que atravessou as paredes da caserna para se difundir no imaginário social.

Nesse tipo de guerra, o apoio da população seria fundamental para enfrentar os supostos inimigos comunistas e por isso o convencimento, conforme se observa no Diário de Notícias, deveria ser obtido por meio de uma retórica belicosa, persuasiva e sedutora, na qual o apelo à moralidade, às emoções e à religião teriam mais relevância que a veracidade e a coerência dos próprios fatos.

Na guerra psicológica, que se trava agora, levamos a desvantagem do método democrático de agir às claras, ao passo que os “Osvaldos” agem na calada da noite. (...) A solução está, pois, em responder à agressão com agressão, desenvolvendo, nós também, uma mentalidade de guerra (FILISTIA, p. 4).

Se os comunistas estariam promovendo essa chamada guerra psicológica por meio de propagandas e discursos na imprensa, então a solução encontrada e apontada pelo Diário de Notícias seria promover a contrapropaganda para combater os subversivos. Nesse imaginário de guerra, o poder de formar a opinião pública seria um importante instrumento da imprensa para combater os “Osvaldos”. E por meio dessa estratégia de contrapropaganda, os jornalistas poderiam explorar os limites da interpretação do real,

---

6 O termo “guerra psicológica” é empregado com frequência em documentos militares da época e é entendido como um conjunto de estratégias e táticas utilizadas para influenciar, manipular e moldar a percepção, a opinião pública e o comportamento de um determinado grupo, nação ou sociedade, por meio de diversos recursos, tais como: a propaganda, a desinformação, a manipulação emocional (principalmente o medo), a censura e restrição de informações, o controle das mídias, a mentira, a difamação, entre outras características elencadas por Lima (2021).

sem compromisso com a verdade, assim como um escritor literário que possui licença poética para escrever o que quiser. Por isso, ao propor um editorial que se utiliza dessa estratégia linguística, o Diário de Notícias do Rio Grande do Sul contribuiu para um projeto de poder anticomunista desenvolvido pelos militares.

### **3. A identidade revelada: quem é Osvaldo?**

“A inquieta interrogação está em tôdas [sic] as bocas: quem é ‘Osvaldo’, o misterioso chefe da ‘guerra revolucionária’ denunciada pelo Sr. Plínio Cabral?” (O BARRETE, 1964, p. 4). Desde que seu nome veio à público pela primeira vez, esse suposto líder da revolução comunista no Brasil, o Osvaldo, rapidamente se tornou tema de manchetes e de editoriais que especularam a sua verdadeira identidade e também aproveitaram da oportunidade para acusar os seus adversários políticos de serem esse tal Osvaldo ou estarem colaborando com esse personagem.

Mas para chegar a Osvaldo, primeiro é preciso analisar o depoimento proferido por Zuza Aranha, em janeiro de 1964, o qual denunciou a existência de um inimigo interno que teria por objetivo a revolução comunista. Esse inimigo estaria usando o codinome de “Osvaldo” e os indícios da sua existência teriam sido obtidos pela Secretaria de Segurança Pública, que teve o seu secretário, Antonio Pires, convocado para prestar esclarecimento aos parlamentares da Assembleia Legislativa.

De acordo com Calil (2005), o fato de Zuza Aranha ocupar o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Governo do Estado, comandado por Ildo Meneghetti (PSD), não só intensificou a crise política no país, como reforçou os argumentos a favor do golpe civil-militar que ocorreria na madrugada do primeiro dia de abril daquele mesmo ano (CALIL, 2005). Anos mais tarde, a pesquisa de Calil revelou que Antonio Pires, juntamente com Plínio Cabral e Zuza Aranha teriam forjado a denúncia para sustentar a tese de que o Governo do Estado teria impedido a revolução comunista no País e que seu líder havia sido identificado como Osvaldo, mesmo sem apresentar quaisquer indícios da sua existência, criando uma abertura retórica para atacar os adversários.

No único e ligeiro encontro entre eu, José Antonio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, **confundiu-se e nomeou Osvaldo em vez de Otávio**. Tive de confirmá-lo... O certo é que nunca existiu nem Oswaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação (PIRES *apud* CALIL, 2005, p. 67. Grifos meus).

Plínio diz que a criação do personagem Osvaldo foi apenas uma “coisa de fértil imaginação”, fruto de uma confusão no depoimento de Zuza Aranha. No entanto, essa “confusão” não foi desmentida no contexto em que foi dita, possibilitando que o discurso falso e claramente forjado legitimasse a tese de que haveria uma ameaça interna no país. Desse modo, o personagem Osvaldo se tornou munição para a artilharia editorial, que se aproveitou da situação para propiciar uma violenta campanha de difamação e desmoralização contra seus concorrentes e adversários políticos, os quais foram considerados como inimigos subversivos que estariam infiltrados no país para promover o comunismo.

Mas se o contexto dos anos de 1960 for analisado com mais atenção, é possível identificar outros elementos que também dão embasamento para a criação do personagem Osvaldo. No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, as Forças Armadas Brasileiras receberam influência da *doctrine de la guerre révolutionnaire* criada pelos militares franceses para lutar contra as forças anticoloniais na Guerra da Indochina e na Guerra da Argélia. Essa doutrina sistematizou um padrão repressivo de atuação militar na contenção de movimentos sociais e no combate especializado dos supostos inimigos internos: os subversivos.

De acordo com Martins Filho (2012), após a derrota em Dien Bien Phu e a insurreição da Argélia contra o colonialismo francês, os militares passaram a acreditar na tese de que a sua doutrina de guerra não estava preparada para enfrentar esse novo tipo de inimigo. Um inimigo que não usa farda, não tem distintivos e se confunde com a população em geral, podendo ser qualquer pessoa. Aliás, não precisa ser necessariamente uma pessoa, poderia ser

simplesmente uma ideia, bastasse que essa ideia estivesse “contaminada” pelo marxismo. Afinal, os militares franceses acreditavam que a subversão comunista teria iniciado os conflitos na Indochina e na Argélia, pois o objetivo final não seria a independência colonial, mas sim o comunismo.

[...] a doutrina da guerra revolucionária possibilitou fazer a interface entre a experiência indochinesa e a rebelião argelina. Por uma habilidosa alquimia em que o anticomunismo tradicional do exército francês desempenhou o papel de catalisador, a repressão dessa rebelião tornou-se então uma nova fase da cruzada mundial contra o expansionismo comunista (DIEU, 2016, p. 08. Tradução livre).<sup>7</sup>

Nessa perspectiva, a doutrina de guerra revolucionária forneceu aos militares brasileiros uma explicação conveniente com os interesses políticos em disputa naquele momento, dando legitimidade e robustez ao discurso de intervenção militar contra o comunismo. Para o historiador Carlos Fico (2008), os militares acreditaram que os movimentos sociais que reivindicavam as tais reformas de base prometidas pelo então presidente João Goulart seriam o prelúdio de um projeto revolucionário, na qual o presidente teria a pretensão de se perpetuar no poder, criando as condições para os comunistas tomarem o poder, semelhante ao que teria ocorrido em Cuba, em 1959.

Para conhecer a guerra revolucionária, primeiro é preciso entender como ela está estruturada por dois conceitos básicos: guerra e revolução. Cada um desses conceitos é independente e funciona como uma unidade semântica, isto é, carregam significados, ideias, valores e concepções construídas historicamente. Porém, ao serem combinados para formar um novo conceito, adquirem novos significados discursivos. Mas, afinal, a guerra revolucionária é uma guerra ou é uma revolução?

---

7 No original: *la doctrine de la guerre révolutionnaire a permis de faire l'interface entre l'expérience indochinoise et la rébellion algérienne. Par une savante alchimie dans laquelle l'anticommunisme traditionnel de l'armée française a joué le rôle de catalyseur, la répression de cette rébellion devient alors une nouvelle phase de la croisade mondiale contre l'expansionnisme communiste.*

#### 4. Guerra revolucionária: uma guerra ou uma revolução?

Guerra e Revolução são dois conceitos distintos que possuem muitas diferenças pela sua própria historicidade, mas ao serem combinados dão origem a um novo conceito: a guerra revolucionária. Para Hector Luis Saint-Pierre (2000), a guerra revolucionária seria uma adaptação do conceito de revolução usado pelo vocabulário marxista, mas incluindo a violência armada (característica predominante de uma guerra) como a mola propulsora desse processo revolucionário.

Para os marxistas, a revolução seria o *meio* pelo qual os proletários poderiam desconstruir a ordem social existente, baseada na exploração capitalista que perpetua as desigualdades econômicas entre as classes. O *fim* da revolução seria a construção de uma nova ordem social, baseada na cooperação e na igualdade entre as classes: o socialismo. Marx divide o conceito de revolução ao afirmar que: “toda revolução dissolve a velha sociedade, assim considerada uma revolução social. Toda revolução derruba o antigo poder, neste sentido é uma revolução política” (MARX, 1982, p. 520).

Esta dualidade no conceito de revolução foi mais bem detalhada por outros intelectuais marxistas do processo revolucionário, que encontraram sólidas referências para fundamentar cada um dos conceitos. Vladimir Lenin e Mao Tse-Tung foram dois desses intelectuais que ressignificaram a função da violência como um ato de ruptura contra a velha ordem social, pois acreditavam que nenhuma revolução seria conquistada ou concedida pacificamente pelas classes dominantes. “Uma revolução não é o convite para um jantar, [...] uma revolução é uma insurreição, é um acto [sic] de violência pelo qual uma classe derruba outra” (TSE-TUNG, 1969, p. 18).

Nessa perspectiva, Mao Tse-Tung liderou uma grande revolução política e econômica na China, mas deu ênfase ao processo descrito por Marx como revolução social, que teria por objetivo “transformar a China mantida na ignorância e atraso sob o jugo da cultura antiga, numa China ilustrada e progressista sob o reino duma cultura nova. Numa palavra, queremos construir [uma] China nova” (TSE-TUNG, 1975, 269).

Para os militares franceses, derrotados nas guerras anticoloniais da Indochina e da Argélia, esses conceitos serviram de base

para construir a tese de que a derrota só aconteceu porque havia um novo formato de guerra sendo praticado por um novo tipo de inimigo. Um inimigo sem rosto, uniformes ou distintivos. Um inimigo que facilmente poderia ser confundido com um civil. Um inimigo que estaria fazendo uma guerra silenciosa, usando de ações psicológicas para conquistar as massas ingênuas.

Essa tese criada pelos militares franceses foi materializada na doutrina de guerra revolucionária, que buscou legitimar um projeto de intervenção militar na sociedade. Nessa doutrina, os militares defenderam a criação de um comando político-militar unificado, onde o poder institucional do Estado deveria ser usado para controlar e reprimir as ameaças, fossem elas externas ou internas, transformando o Estado em uma grande máquina de guerra contra os supostos comunistas infiltrados.

## **5. A doutrina de guerra revolucionária no Brasil**

No final dos anos de 1950, a doutrina de guerra revolucionária chegou ao Brasil através dos cursos de formação militar que ocorreram entre os oficiais brasileiros e franceses. Pela lógica militar, se o Brasil não enfrentava uma guerra convencional e também não participava da corrida nuclear, então os problemas políticos e sociais vividos naquele contexto só poderiam ser ações executadas por um inimigo interno.

Em um país como o Brasil que tem quase toda a sua história republicana marcada pela intervenção militar nos assuntos políticos, essa doutrina de guerra revolucionária foi extremamente oportuna, pois deu aos militares os argumentos e a suposta legitimidade que precisavam para tomar o poder. Não à toa, o discurso sobre a guerra revolucionária atravessou as paredes dos quartéis e se tornou tema público, principalmente quando os militares começaram a promover conferências pelo território nacional, dentro e fora dos quartéis. No estudo de Lima (2018) é possível verificar alguns dos documentos mais relevantes encontrados sobre a guerra revolucionária, produzidos pelas instituições militares ou à serviço do Estado no contexto pré-golpe.

Os documentos reunidos e apresentados na pesquisa de Lima (2018), demonstram como o debate da guerra revolucionária atravessou, praticamente, toda a década de 1960, inclusive fora dos espaços de discussão militar, como fica evidente no “Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil”, de autoria de Pedro Brasil, publicado em 1964, pela antiga Livraria do Globo S. A., de Porto Alegre, que reproduz quase que na íntegra e numa linguagem acessível os conteúdos dos estudos militares.

Embora se tenha visualizado algo semelhante em 1963, quando o Gen. Antonio Carlos da Silva Muricy escreve o artigo “Guerra Revolucionária e a ação decisiva dos civis”, dividido nas edições nº 114, 116, 117 e 118 do Diário de Notícias, onde ele traz, através de uma linguagem técnica, os fundamentos, a conceituação, as fases e a atuação das Forças Armadas no combate da guerra revolucionária. O qual adverte:

Esta conferência foi feita aos oficiais da Guarnição de Natal como parte do Programa de Instrução conjunta elaborada de acordo [sic] com as diretrizes recebidas do Comandante da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Infantaria.

Estava destinada a permanecer no anonimato dos quartéis. A GUERRA REVOLUCIONÁRIA que já lavra no Brasil, entretanto, e que se encontra em pleno desenvolvimento, fez com que aceitasse o honroso convite para repeti-la em público, perante os homens de boa vontade de Natal (MURICY, 1963, p. 4).

Por ser um conteúdo de uma conferência direcionada aos oficiais militares da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a série de artigos do Gen. Muricy, publicados pelo Diário de Notícias, foram escritos numa linguagem profundamente técnica, citando as supostas estratégias e estágios da guerra revolucionária que os comunistas teriam de percorrer para alcançar os seus objetivos. Nos artigos, o general defende que o objetivo comunista seria a dissolução física e moral da ordem social, por meio de suas “técnicas destrutivas”, como “a intoxicação, a intimidação, a desmoralização e a eliminação”, sendo que “a propaganda é a sua arma básica e essencial”, pois o conteúdo dessas propagandas teria

sido pensado para criar uma espécie de “sugestão e o contágio mental”, mesmo que para isso os comunistas tivessem de recorrer à “lavagem cerebral” para conquistar à base da força (MURICY, 1963, p. 4).

O Gen. Muricy conclui seu artigo num tom menos técnico e mais apelativo à moral religiosa, às liberdades – aparentemente só existentes no capitalismo – ao patriotismo e ao espírito democrático dos civis, como ações decisivas para impedir o rápido avanço da famigerada revolução comunista que já estaria ocorrendo no Brasil.

Enquanto estivermos convictos da supremacia do espírito sobre a matéria, enquanto acreditarmos na origem divina do homem (...) não há perigo de de implantação de um regime anti-democrático, anti-cristão, anti-humano e anti-brasileiro” (MURICY, 1963, p. 4).

A divulgação dos estudos militares e do debate sobre estratégia de guerra pela imprensa se tornou mais recorrente a partir de abril de 1964, quando as Forças Armadas, com apoio de setores da sociedade, deram um Golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, sob a justificativa de uma contrarrevolução militar para antecipar o suposto golpe revolucionário que teria sido planejado pelos subversivos – os “Osvaldos” – comunistas infiltrados no país (NAPOLITANO, 2014).

Esse discurso de que haveria um inimigo interno também justificaria o endurecimento do Estado, que institucionalizou o autoritarismo militar, a censura de ideias, a perseguição, o controle e a repressão social, o exílio de personalidades públicas, além de uma série de violações aos direitos constitucionais e à dignidade da população. Um período marcado pela tortura e o assassinato de opositores políticos.

## **6. A construção discursiva do golpe militar brasileiro de 1964**

Os artigos escritos pelo Gen. Muricy sobre a guerra revolucionária possuem uma estética linguística bem característica por seu forte apelo à moralidade. Essa característica textual também aparece nos escritos de Pedro Brasil (1964), que transforma a

linguagem técnica das doutrinas militares em uma linguagem acessível, clara e objetiva. Em ambos os casos, os autores procuraram convencer o leitor através de um discurso que tem como recurso retórico diversos gatilhos mentais, na intenção de sensibilizar as emoções, os medos, as paixões e os desejos do leitor para produzir uma certa opinião e mobilizar este leitor para assumir um posicionamento prático.

Com base na obra de Cialdini (2016), que estuda a psicologia da persuasão, o conceito de gatilho mental ou persuasivo tem a sua origem na Psicologia. Os “gatilhos” funcionam como uma ideia-estímulo para desencadear uma sequência de ações e comportamentos. Esses gatilhos podem ser despertados por meio de enunciados que captam a atenção do destinatário para gerar impactos emocionais, sentimentais, identitários e subjetivos, pelo qual a retórica é estrategicamente pensada para suggestionar julgamentos e opiniões sem respaldo racional ao leitor (CIALDINI, 2016).

Logo na apresentação do livro, Pedro Brasil cita o “Comando Geral Democrático”, visando esclarecer, conclamar e organizar o povo brasileiro para enfrentar a guerra revolucionária e os comunistas. Num tom eloquente, o livreto questiona o leitor sobre o que ele tem feito diante da suposta “comunização” do Brasil, sugerindo que se o leitor nada fazer, seus filhos poderiam não se orgulhar no futuro.

Prepare-te para o DIA DO NÃO à comunização do Brasil! Se assim procederes, teus filhos orgulhar-se-ão de ti. Não permitas que as circunstâncias conduzam a que, no futuro, seja inquirido por eles: – O que fizeste para evitar “isso”? (BRASIL, 1964, p. 3).

Citando alguns dos estudos militares, o livro de Pedro Brasil descreve no capítulo sete, intitulado de “Parada e Resposta”, as estratégias de combate criadas pelas Forças Armadas para lidar como o suposto inimigo interno, reforçando ao leitor que tanto na “parada”<sup>8</sup> como na “resposta”,<sup>9</sup> somente uma ação conjunta entre

---

8 A ação de Parada é “quando se opõe à ação no período pré-insurrecional” (BRASIL, 1964, p. 20).

9 A ação de Resposta é “quanto se trata de reprimir a insurreição declarada”

os poderes do Estado, “permitirá alcançar-se o êxito almejado sem se sair do quadro da ordem político-social em defesa do qual age o Governo Legal” (BRASIL, 1964, p. 21).

Ao longo do livro, o texto é cheio de gatilhos mentais, visando sustentar a narrativa militar de que haveria uma ameaça comunista iminente. O texto possui um forte apelo à moralidade e ao patriotismo, como fica evidente no texto final do livro, onde o autor convoca o leitor para lutar contra uma ameaça que ele não vê. Por isso, deveria acreditar nas palavras das autoridades para garantir a sobrevivência da sua família e da sua pátria contra a escravização desejada pelos subversivos comunistas.

BRASILEIROS: Tomaste conhecimento de uma realidade que, confusamente, vinhas percebendo. A simples leitura deste livro deve ter despertado em tua consciência de homem livre, a necessidade de mobilizar a tua vontade, no sentido de que nossa PÁTRIA e tua FAMÍLIA, jamais sofram o cativeiro do comunismo. FAZ ÊSTE LIVRO CIRCULAR. (BRASIL, 1964, p. 55).

Pedro Brasil reproduz o imaginário militar sobre a guerra revolucionária através da sua escrita literária, afirmando que as circunstâncias pelo qual os poderes legais do regime democrático são constituídos e operam, não são suficientes para a combater os inimigos internos, pois nesse tipo de guerra, “as forças regular [sic] só são alertadas e podem legalmente intervir na luta contra-revolucionária quando há irrompimento da violência e as autoridades civis já estão impotentes” (BRASIL, 1964, p. 21). O problema que surge a partir desta constatação é que se o modelo de funcionamento democrático do Estado Brasileiro não seria o modelo apropriado para combater esses supostos inimigos internos e o comunismo, então qual modelo de Estado seria o ideal para cumprir essa função, conforme a percepção de Pedro Brasil?

A forma como a estrutura do seu texto foi construída, sobretudo pela ordem que as informações são enunciadas, dão pistas ao leitor sobre os mesmos argumentos que foram utilizados para

---

(BRASIL, 1964, p. 20).

justificar e legitimar o Golpe de Estado de 1964. Isso fica evidente quando Pedro Brasil escreve a “parada” e a “resposta” como ações de enfrentamento ao comunismo, onde deixa explícito a sua vocação antidemocrática e autoritária, porque afirmara que “o regime democrático, com as liberdades que são da sua essência, não favorecem a *parada* nem a *resposta*.” (BRASIL, 1964, p. 21).

Nesse sentido, se a existência de um ordenamento burocrático para o bom funcionamento de um Estado Democrático de Direito, com pesos e contrapesos, é tida como um entrave para o combate do inimigo interno. Automaticamente, sugere-se que regime de governo apropriado para viabilizar a ação contrarrevolucionária deveria ser algo oposto à democracia. Portanto, os discursos jornalísticos e literários não apenas alimentaram a intenção golpista dos militares, como deu argumentos para justificar e legitimar as violações humanas, democráticas e as medidas autoritárias para combater as supostas ameaças internas.

## **7. Considerações finais**

O conjunto das obras apresentadas nesse artigo reproduzem o imaginário militar sobre a guerra revolucionária. A crença de que havia um inimigo interno, como o personagem “Osvaldo”, que estariam supostamente infiltrados na sociedade e nas instituições de poder para desmoralizar e criar o ambiente favorável para uma insurreição revolucionária. Os discursos jornalísticos e literários ajudaram a promover e naturalizar esse imaginário de guerra, na qual o suposto inimigo interno anunciado pelos militares estaria conspirando contra a população brasileira para tomar o poder.

Basicamente, o imaginário de guerra permitiu a criação de um inimigo extremamente perigoso e imperceptível. Um inimigo no anonimato, podendo ser qualquer pessoa. É um inimigo que não precisa nem ser, necessariamente, uma pessoa ou grupo, mas simplesmente uma ideia. E nessa lógica, qualquer pessoa pode assumir a identidade desse inimigo, basta que estejam “contaminadas” por ideias consideradas subversivas. E este é o ponto de questionamento, afinal, quem define o que são ou não ideias subversivas? E como separar a população brasileira desse suposto

grupo de subversivos que estariam infiltrados para promover uma revolução?

O Golpe de Estado de abril de 1964 foi a resposta definitiva encontrada pelos militares e sustentada por setores da sociedade, principalmente pela imprensa golpista – como o Diário de Notícias do Rio Grande do Sul. Por isso, não há como falar do Golpe de 1964 sem considerar o papel da imprensa na legitimação e consolidação da ditadura, pois se construiu toda uma narrativa histórica para reproduzir os valores e doutrinas da caserna em uma linguagem não-técnica, mas acessível, de fácil compreensão pela população e com forte apelo à moralidade e às emoções, na intenção de convencer e influenciar o leitor à certos posicionamentos políticos, sociais e ideológicos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, José Antônio. Conspiração tem um chefe (a quem Brizola obedece) usando falso nome “Osvaldo”. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 8 jan. 1964.

BRASIL, Pedro. **Livro Branco da Guerra Revolucionária**. Porto Alegre: Globo, 1964.

CALMON, João. **O Livro Negro da Invasão Branca**. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1966.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe militar de 1964. **Revista História & Luta de Classes, Rio de Janeiro**, v. 1, p. 55-76, 2005.

CIALDINI, Robert. **Pre-suasion: A Revolutionary Way to Influence and Persuade**. Great Britain: Random House Books, 2016.

DIEU, François. **La doctrine de la guerre révolutionnaire: un épisode méconnu de la pensée militaire française**. *Res Militaris*, v. 6, n° 2, Summer-Autumn/Été-Automne, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo Livros, 2006.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILISTIA. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, n. 279, 1 fev. 1964. p. 4

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II.** (1976-1988). DÉFERT, D.; EWALD, F. (Eds.). Paris: Gallimard, 2001. p. 1559.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

LIMA, Alcir. O discurso do exército brasileiro nos manuais de campanha na contrarrevolução – 1968-1979. **XXVII Encontro Anual de Iniciação Científica,** Coronel Vivida: UNICENTRO, 2018.

LIMA, Alcir. **Conspiração do Estado:** o discurso de guerra na construção de um projeto anticomunista de Brasil (1959-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2021.

MARX, Karl. **Escritos de juventud.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia História,** v. 28, n.º. 48, p. 519-536: jul/dez, Belo Horizonte, 2012.

MELO, J. M. de. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed., Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MURICY, Gen. Antonio Carlos da Silva. A Guerra Revolucionária e a ação decisiva dos civis. **Diário de Notícias,** n.114. Ed. Porto Alegre, 21 jul. 1963, p.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014.

NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda:** um raio sobre o Brasil. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998.

O APELO. **Diário de Notícias.** Porto Alegre, n. 264, 15 jan. 1964, p. 4.

O CONFLITO. **Diário de Notícias.** Porto Alegre, n. 265, 15 jan. 1964, p. 4.

O BARRETE do “Oswaldo”. **Diário de Notícias.** Porto Alegre, n. 259, 9 jan. de 1964, p. 4.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada:** fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: UNESP, 2000.

TSE-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung.** V. 1, 3ª. Ed, São Paulo: Alfa Ômega, 1969.

TSE-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung.** V. 2, 2ª. Ed, São Paulo: Alfa Ômega, 1975.